



1936 2011

/5/OE

ORDEM
DOS ENGENHEIROS
BASTONÁRIO

A
SUA EXCELÊNCIA
O MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS
PROF. DOUTOR VITOR GASPAR
AV. INFANTE D. HENRIQUE, Q
1149-009 LISBOA

N.º 111 - SG

P.º 1.3/CMR/VGB/ta

2012-03-05

Assunto: Tabela de remunerações dos peritos da Avaliação Geral dos Prédios Urbanos

Ex. Ministro, Excelência

Ao tomar conhecimento da tabela de remunerações fixadas para a Avaliação Geral da Propriedade Urbana, divulgada na Circular n.º 4/2012 da Direção de Serviços de Avaliações da Direção Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, com indicação que a mesma tabela tinha sido aprovada por Vossa Excelência, por despacho de 13 de Fevereiro de 2012, a Ordem dos Engenheiros vem expor as razões porque considera que a mesma deve ser reapreciada e substituída.

Como é certamente do conhecimento de Vossa Excelência, a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) solicitou à Ordem dos Engenheiros (OE), a colaboração no processo de seleção e ordenamento de Engenheiros Cívicos para a função de peritos locais na Avaliação Geral dos Prédios Urbanos a efetuar no corrente ano.

Ainda que fosse uma solicitação atípica, a OE, depois de ser informada da dimensão, complexidade e urgência do processo de Avaliação Geral, prontamente anuiu a prestar a dita colaboração, no entendimento que contribuía para a motivação para a tarefa por parte dos seus associados e para o rigor e credibilidade necessários ao processo que, pelas suas consequências terá uma repercussão muito significativa na sociedade portuguesa, já que se antecipa que produzirá acréscimos muito significativos nos impostos a pagar pelos milhões de proprietários sujeitos à avaliação do respetivo património imobiliário.

A drástica redução de remunerações face à tabela anteriormente em vigor, configura um grave dano na necessária consonância e coesão de propósitos que deve existir entre todos os agentes envolvidos na fixação dos novos valores patrimoniais, nomeadamente o Estado e os agentes materiais da avaliação, isto é, na primeira linha, os peritos locais.

Se, para além de óbvios ganhos de eficiência que possam existir no processo de avaliação por ser um processo de grandes dimensões nacionais e por poderem existir condições melhoradas de trabalho para os peritos, há que contar com todo um conjunto de dificuldades acrescidas com o fornecimento de informação disponível quanto a prédios antigos por parte das autarquias e com a ausência de envolvimento e participação dos proprietários até ao momento em que venham a conhecer o resultado da avaliação.



1936 2011

/5/OE

ORDEM
DOS ENGENHEIROS
BASTONÁRIO

Assim é claramente desajustada no montante e totalmente desaconselhável a redução de remunerações pela via da presunção de simplificação do processo.

Por outro lado, se a redução unitária de remunerações se fundamenta na presunção que os peritos a aceitam devido a possibilidade de a suprirem pela quantidade de avaliações que lhes são encomendadas, incorre-se no grave erro de se apelar à superficialidade e à ligeireza na execução duma tarefa especializada, totalmente contrárias ao que a OE preconiza para os seus Membros e que defende publicamente. A qualificação técnica inerente ao trabalho dos peritos não se coaduna com apelos a lógicas de quantidade que são contraditórias com princípios de qualidade, zelo, isenção e elevada responsabilidade.

Senhor Ministro, é reconhecido que os resultados da Avaliação Geral dos Prédios Urbanos levarão a fortes reações na Sociedade Portuguesa. A eventual descrcredibilização do processo por eventuais deficiências na avaliação em consequência de se pretender acelerar as avaliações para se recuperar remunerações, é altamente desaconselhável e poderá ter efeitos altamente danosos e até de consequências imprevisíveis.

O envolvimento da OE neste processo tem um propósito de interesse público e não pode acabar em desvalorização e descrédito perante a Sociedade Portuguesa do grupo profissional dos Engenheiros, por colaborarem num processo cujos resultados apresentem qualidade deficiente devido a desmotivação e a pressas e que levem a reclamações maciças com os inerentes encargos das segundas avaliações.

Pelo exposto a Ordem dos Engenheiros solicita a Vossa Excelência a reapreciação da tabela de remunerações em causa, no sentido dela ser ajustada ao trabalho que, por ser complexo e especializado, exige executantes com a designação e qualificação profissional de peritos avaliadores, reconhecidos por associações públicas profissionais com poderes delegados do Estado e onde são considerados fatores preferenciais a experiência anterior e formação específica.

Com os melhores cumprimentos.

Carlos Matias Ramos